

O GÊNERO JORNALÍSTICO-EDITORIAL NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Andrezza Loise Lima Valões (CESMAC)
dezaloi@hotmail.com

Rosemeire Roberta de Lima
rose.ufal@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo pela temática *O gênero jornalístico-editorial no ensino de língua portuguesa em educação de jovens e adultos: uma proposta teórico-metodológica*, tem como foco primordial o ensino da língua portuguesa numa perspectiva contextualizada e interdisciplinar, levando a participação ativa e crítica dos educandos. Para tanto, aborda o uso do jornal como instrumento ideológico que veiculam pontos de vista, juízos de valor e opiniões veladas os quais favorecem a construção de uma prática pedagógica por meio da linha teórica sócio-histórica, que possibilita aos educandos e educadores um papel criador, crítico e interativo com os textos jornalísticos, tendo em vista, aos primeiros, o desenvolver de habilidades e competências nas modalidades da língua oral e escrita. Inicialmente, historiamos o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa na alfabetização de jovens e adultos, ressaltando as concepções que nortearam a alfabetização da EJA desde a sua origem aos dias atuais. Conseqüentemente, visamos analisar o gênero jornalístico-editorial na mídia impressa, enfocando sua importância quanto a tipologia e, sobretudo, quanto a sua estrutura retórico-discursiva. Para a realização desta pesquisa, tomamos como referência estudos da literatura relacionada ao tema, buscando teoricamente explicação para uma prática educativa de qualidade na disciplina de língua portuguesa na modalidade de jovens e adultos. Os estudos pesquisados indicam que a prática educativa em sala de aula através do uso do jornal impresso, precisamente a análise dos discursos opinativos, proporciona a construção de leitores críticos, bem como colabora para a difusão de informação já que este é um bem público, favorecendo assim, o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Educação de Jovens e Adultos; Textos Jornalísticos.

INTRODUÇÃO

Saber ler e escrever é o alicerce da educação formal. Estudaremos com as habilidades e competências linguísticas, tanto na oralidade como na escrita, fazendo uso do gênero editorial, presente nos textos jornalísticos. A escolha com esse recurso surgiu por ser um ferramenta que privilegia a participação ativa dos educandos e que, também, contextualiza as situações comunicativas do cotidiano dos mesmos. Desse modo,

selecionamos o jornal impresso como recurso didático porque contribui no sentido de desenvolver no educando a capacidade de análise e de exercício da livre expressão na linguagem por meio de uma comunicação clara e coerente.

A área de estudo é a alfabetização de jovens e adultos numa abordagem sócio-histórica, uma vez que os sujeitos em estudo, já possuem uma vivência e uma experiência de vida de seu contexto sociocultural. Daremos foco no ensino de língua portuguesa ao usar o jornal impresso na sala de aula como processo de ensino e aprendizagem, por trazerem informações variadas e, no entanto, reais.

A base da pesquisa é o jornal impresso, em que abordaremos as tipologias opinativas, especificando o gênero editorial em sala de aula, objetivando um espaço escolar rico e significativo que possibilite aos alunos oportunidades de ouvir, falar e escrever de forma autônoma.

Acreditamos ser os textos jornalísticos um instrumento essencial de apoio ao educador nas diversas áreas do conhecimento que amplia as competências e habilidades linguísticas dos educandos jovens e adultos, possibilitando um posicionamento ativo e que favorece um trabalho contextualizado, respeitando as características próprias deste portador de texto em estudo.

AS CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para entender o processo de ensino-aprendizagem à luz das explicações teóricas sobre a alfabetização de jovens e adultos, buscaremos suporte nos estudos e pesquisas de autores como Brandão, Freire, Marcuschi, Soares, entre outros.

Segundo Moura (1999), desde os tempos coloniais que a escola se caracteriza como um meio de desenvolvimento econômico e social, ou seja, as oportunidades na educação surgiam conforme as necessidades na produção. A evolução da indústria exigia mão-de-obra qualificada. A base das escolas existentes era instrumentalizar a população, tendo em vista apenas a aquisição do código alfabético.

Já a partir da Revolução de 30, dado o processo de urbanização e industrialização do país, a educação de adultos assume um caráter público, mas para garantir a qualificação de mão-de-obra para a indústria e o comércio.

Nas décadas de 40, 50 e meados de 60, várias concepções de educação vão

surgindo, mas os ideais de liberdade e conscientização de política da proposta de educação de Freire se perduram até hoje. Freire em sua concepção de educação propôs uma nova perspectiva de alfabetização em que o ensino da Língua Portuguesa não se restringisse a aprendizagem da escrita do próprio nome, mas que tornar-se a leitura e a escrita numa ferramenta indispensável para o exercício da cidadania, uma vez que para o autor “a alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los” (RIBEIRO, 1999, p.7).

Para Freire (*apud* RIBEIRO, 1999), o educando era o sujeito de sua aprendizagem e a alfabetização era concebida como um ato não-mecânico e o papel do alfabetizador era o de ensinar o alfabetizando a ler e escrever sua própria realidade, levando-o a pensar criticamente o seu mundo para transformá-lo.

A relevância da proposta de Freire efetivou-se a partir do II Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1958. Nesse Congresso foi possível difundir o pensamento de Freire enquanto proposta de reflexão, bem como de transformação do pensamento pedagógico brasileiro no que tange a educação de adultos, uma vez que Freire ao defender sua tese propôs novas ideias e novos métodos educativos para essa área, afirmando uma concepção que deve ter como ponto de partida a realidade dos sujeitos e tendo como caminho metodológico o diálogo e como ponto de chegada a conscientização e a intervenção no sentido de transformação da realidade.

Durante a década de 70, seu pensamento não se tornou hegemônico, haja vista que a maioria dos alfabetizadores de jovens e adultos continuaram aplicando uma prática de aquisição do código alfabético, tendo como objetivo maior instrumentalizar os alunos adultos para os rudimentos da leitura e escrita. Era uma prática semelhante as desenvolvidas com crianças utilizando cartilhas infantis. Nesse período é implantado o MOBRAL, com a função de qualificar a mão-de-obra para a força do trabalho e ajustar os sujeitos ao regime vigente. A concepção do MOBRAL não foi inovadora. Adotou-se, inicialmente, como estratégia metodológica o modelo de ensino tradicional.

Em meados da década de 80, difundem-se entre os educadores brasileiros, estudos e pesquisas sobre o aprendizado da língua escrita, com base na lingüística e na psicologia de Emília Ferreiro e Vygotsky respectivamente, que vêm trazer novos referenciais para a área e o MOBRAL é extinto em 1985, dando lugar a Fundação

Educar. Esta ocupou uma função de apoiar financeiramente e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Percebemos que a alfabetização em sua acepção mais ampla é um processo complexo e contínuo que visa não somente o ensino do ponto de vista técnico da linguagem oral e escrita, mas também do ponto de vista de formação para a cidadania. Isso implica estimular alfabetizados e alfabetizadores ao exercício da criticidade, onde princípios como ressocialização, reivindicação e recriação são categorias fundamentais na proposta de educação de Freire.

Ensinar o processo de leitura e escrita ao alfabetizando é um grande desafio para o professor-alfabetizador, tendo em vista que não basta garantir-lhes, apenas, o domínio das formas de comunicação (leitura e escrita). O importante é dar condições para que os alunos da EJA sejam leitores e escritores, apropriando-se das práticas sociais do sistema linguístico.

Diante disso, sentimos a necessidade do alfabetizador ter compreensão do que seja alfabetização e letramento. O uso do letramento possibilita ir além da aquisição da escrita, favorecendo aos educandos a construção do conhecimento, isto é, o exercício da cidadania, pois fazer parte de um meio em que se contempla o aprender permanente, bem como estar num mundo onde a informação é cada vez mais veloz, nada mais justo do que conceber o educando jovem e adulto como sujeito trabalhador-trabalhado que se assuma com autonomia e versatilidade aos desafios que lhe são postos.

É neste sentido que encaminhamos a prática educativa a partir de uma proposta sócio-histórica, analisando o papel do professor, a função da escola e, precisamente, o processo de ensino da linguagem oral e escrita na educação de jovens e adultos.

Gadotti (2000, p. 39) ressalta que o alfabetizador não alfabetiza o aluno. O alfabetizador “é o mediador entre o aprendiz e a escrita, entre o sujeito e o objeto desse processo de apropriação do conhecimento”.

No entanto, compete à escola enquanto instituição social e universalmente responsável pela transmissão e socialização do saber sistematizado o papel de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender o processo histórico de forma global e se posicionar criticamente dentro dele. Gadotti (2000, p. 25) coloca que “a escola é uma

instituição não apenas social, mas claramente a serviço de uma sociedade”. Complementa, por sua vez, registrando que “o aluno precisa sentir satisfação no que a escola tem de específico que é a sistematização do conhecimento” (GADOTTI, 2000, p. 33)

Nesse sentido, tendo em vista que jovens e adultos já estão imersos em práticas sociais de linguagem oral e escrita, a concepção de alfabetização do educador deve ter por objetivo garantir o uso eficaz dessa linguagem.

A aquisição das modalidades de linguagem oral e escrita, torna-se um processo complexo em virtude do envolvimento de três elementos essenciais os quais articulam entre si: o educando, a língua e o ensino.

O educando enquanto ser pensante e integrante do processo político-pedagógico, cabe-lhe o papel de agir e interagir com o meio que está inserido, compreendendo a língua não como encatamento-sedução, mas como fonte de conhecimento-comunicação.

A língua enquanto fenômeno social é, sem dúvida, um meio essencial no processo educacional, pois conforme Bakhtin (*apud* VIANA, 1997, p. 86)

A importância de se formar leitores críticos está fundamentada na própria noção de democracia. Afinal, a linguagem não é utilizada apenas para transmitir informações, mas, e sobretudo, para firmar interesses, estabelecer níveis de dominação, fazendo do mundo dos signos uma arena onde são travadas as mesmas batalhas encontradas no mundo dos homens.

A concepção de língua, considerando as modalidades de fala e escrita, na perspectiva sociointeracionista é ideal para serem operacionalizadas na educação de jovens e adultos em virtude de suas condições e contextos os mais variados. Afinal, a língua é um fenômeno dialógico, determinando interação face a face como também, interação entre leitor e texto escrito, possibilitando assim, criação de estratégias na atividade de construção de sentidos.

O JORNAL COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL

O processo de ensino-aprendizagem deve dar prioridade as diversidades de textos que circulam socialmente.

O jornal impresso enquanto recurso pedagógico pode desenvolver um estudo que vai além da decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, como

também objetiva desenvolver criticidade em relação a essa mídia, contribuindo aos educandos jovens e adultos autonomia e capacidade de se emancipar de formas contemporâneas de dominação e motivados para se envolverem em processos de transformação social.

O jornal impresso é um excelente recurso escolar; primeiro, porque favorece o trabalho interdisciplinar, permitindo ao professor inter-relacionar as disciplinas; segundo, porque permite a contextualização do currículo escolar, inserindo o estudante na vida e por fim, porque possibilita a análise da linguagem jornalística que, por sua vez, amplia aos educandos a capacidade de argumentar, analisar e refletir suas posições, como também, do seu contexto histórico-social.

Para Machado (1980) o jornal, também, é um excelente recurso pedagógico; pois na mesma medida em que organiza os fatos de interesse geral, de significado abrangente, ultrapassando temas ou interesses demasiadamente restritos, ele pode contribuir decisivamente para a viabilização de um trabalho escolar de natureza interdisciplinar.

Analisar os gêneros discursivos na mídia impressa pressupõe estudar diferentes formas de textualização, visando uma abordagem que privilegie a interação da linguagem centrada na interlocução sob a forma da dialogicidade.

À medida que a linguística se desenvolve cientificamente passa a se preocupar com o texto, começa a pensar a questão do gênero. O gênero em sua concepção mais ampla passa a ser usado pela necessidade de classificar os textos concretos existentes, tendo em vista que “qualquer classificação tem por objetivo pôr ordem no caos” (BRANDÃO, 2000, p.19).

Bakhtin (1992) insiste em afirmar que o o texto é definido como produto da interação social, em que cada palavra é definida é definida como produto de trocas sociais, onde “um texto vive unicamente se está em contato com outro texto” (1995, p. 384). Marcuschi (2000, p. 3), coloca que um ensino baseado em gêneros promete um aprendizado mais adequado, tanto na oralidade como da escrita. Para ele, é na base de textos, necessariamente realizados em algum gênero, que nos realizamos no dia-a-dia.

O gênero opinativo, isto é, o texto editorial presente nos jornais impressos, embora ocupe pouco espaço na sala de aula, traz uma produção que favorece a participação do sujeito numa aceção do direito a liberdade de expressão, mas

caracteriza-se como uma produção difícil devido a exigência de lidar com ideias, argumentos. Essa linguagem opinativa caracteriza-se como um ato individual mas desenvolvido dentro do grupo. Isto é, embora cada educando tenha sua opinião, esta só será comparada a partir de um referencial, que no caso, será o restante dos sujeitos os quais pertencem ao grupo.

Para Beltrão (1980), a opinião é produzida por três formas jornalísticas diferentes, onde o jornalista para elaborar, bem como manifestar sua opinião terá de:

1. *Dominar a informação*, ou seja, calcular toda sua extensão e alcance, a força daquilo que chegou ao seu conhecimento, inteirando-se amplamente de suas causas, seus aspectos significativos e sua seqüência lógica; 2. *Reger a informação*, isto é, levá-la ao conhecimento público quando conveniente e oportuno, observando as normas práticas e éticas da divulgação ou da supressão de matérias; e 3. *Assistir à informação*, mediante o consciencioso acompanhamento dos seus efeitos imediatos e mediatos. A notícia não deve ser abandonada à sua sorte, cabendo ao jornalista procurar extrair dela para oferecer ao público todo o sumo, com vistas sempre ao bem-estar e maior proveito da comunidade. (Beltrão, 1980b, p. 43-4).

Os textos dissertativos oferecem ao educador uma prática de análise crítica, seguida de elaboração de textos opinativos a partir de modelos que podem ser encontrados nos textos jornalísticos, principalmente, nos editoriais. No entanto, é preciso pois não esquecer que a língua se aprende sobretudo pela prática, pela convivência e, sobretudo, por impregnação.

A ESTRUTURA RETÓRICO-DISCURSIVA DOS EDITORIAIS

Pretendemos apontar o gênero editorial como texto relevante para o trabalho pedagógico para as diferentes áreas do conhecimento. No editorial, os textos possuem um caráter temático, isto é, baseia-se em termos abstratos e desenvolvem ideias, possuindo estrutura argumentativa.

Soares (1984, p. 13) coloca que para analisar um editorial, é necessário, antes de tudo, lembrar o caráter dissertativo deste texto. O editorial defende teses. As teses, geralmente, são enunciadas na introdução, seguindo-se, no corpo da matéria, a concatenação dos fatos e argumentos que levarão o leitor, na conclusão, a endossar o pensamento do veículo.

Ressaltamos que o jornalismo mudou, desde a sua origem, início do século XIX até os dias atuais. Nos anos 50 cinquenta surge os manuais de redação, técnica

lead, em que os jornalista anuncia no primeiro parágrafo os seais elementos da notícia: o que, quem, quando, onde, como, por quê, cujo objetivo básico era firmar a naturalidade de expressões, a clareza e a concisão. Diante disso, foram surgindo dados para a elaboração de bons textos jornalísticos como clareza, concisão, densidade, exatidão, precisão, simplicidade, neutralidade, originalidade, brevidade, variedade, entre outros. Sendo considerados os mais importantes a clareza, a concisão e introdução para captar a atenção do leitor.

Na história do jornalismo, os jornais impressos tiveram que mudar suas produções, apresentando na introdução da noticia um aspecto mais interessante ao leitor, e não a produção técnica baseada nas respostas às perguntas “oque, quem, quando, onde, como, por quê”. A exigência no campo jornalístico fez com produzissem textos curtos, com adjetivos bem escolhidos para chamar a atenção do leitor. A produção jornalística atingia um outro perfil de elaboração, não precisando, para tanto, de técnicas mas de elaborações textuais coesas e coerentes, pois em nosso redor milhões de informações circulam diariamente, exigindo sermos sujeitos seletivos e capazes de sintetizar as informações que recebemos em nosso cotidiano.

O jornal, por ser um meio que lida com inúmeras notícias, visa torná-las objetivas ao leitor. Desse modo, no jornal, embora exista a presença constante da ideologia dominante, precisamente as posições dos empresários nas publicações textuais, assume a função de oferecer ao leitor textos claros e objetivos.

O editorial é um texto que não tem autoria. Nele há manifestação das opiniões dos proprietários e administradores do jornal. O Dicionário de Comunicação (*apud* FARIA, 1997, p. 118-9) conceitua editorial como:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para jornal, traços estilísticos peculiares. (...) A página editorial tem um estilo que acompanha as tendências do jornal, o próprio 'estilo' do jornal. Esse 'estilo' é equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo (FARIA, 1997, p. 118-9).

Registramos, também, que o texto editorial utiliza a 3ª pessoa do singular ou a 1ª pessoa do plural, traz o máximo de informação com o mínimo de ideias, visando facilitar o entendimento ou a interpretação do leitor e consta, ainda, o fenômeno da

ideologia.

O gênero editorial da mídia impressa pode proporcionar um excelente crescimento das habilidades e das competências linguísticas dos educandos, haja vista que os textos editoriais exigem do leitor um posicionamento ativo, porém, não deixando de levar em conta as seguintes análises estruturais:

As manifestações exteriores de condensabilidade: espaço ocupado não superior a um quarto de página; composição em tipos maiores de 7 pontos, com distância que facilite a leitura; redação em linguagem simples, direta e incisiva, sem uso de termos empolados e frases demasiado longos; maior ênfase nas afirmações do que nas demonstrações, mesmo sacrificando-se os rigores da prova à necessidade de atingir e convencer o leitor; e, finalmente repetição de ideias e conceitos, o que poderia chamar de redundância relativa [...] Beltrão (*apud* FREITAS, 2002, p. 113).

É preciso compreender *a morfologia, a topicalidade, o conceito, a natureza e o estilo* dos textos editoriais para que facilite a elaboração da produção textual do gênero editorial. Beltrão (*apud* FREITAS, 2002, p. 113-5).

Quanto à morfologia, o editorial pode ser denominado de:

a) *Artigo de fundo*, que é o protótipo do editorial, e que geralmente abre a página opinativa, possuindo composição tipográfica especial, no qual é transmitida a manifestação clara da linha ideológica do jornal como instituição social sobre o tema ou acontecimento, considerando como o mais presente e relevante na consciência coletiva naquele momento histórico, podendo, inclusive, ser publicado na primeira página do jornal.

b) *Suelto*, que é comentário, a glosa sobre um fato da atualidade. Possui dimensões mais reduzidas e em tipo menso chamativo (branco ou grifo). Geralmente os jornais costumam publicar em sua página nobre entre dois e três *sultos* por edição.

c) *Nota*, que é caracterizado pelo registro crítico e rápido de uma ocorrência ou fato, e vale como uma advertência ao leitor para que ele não seja tomado de surpresa pelas consequências do ato ou fato. Geralmente a nota é composta em negrito, podendo surgir em qualquer parte do jornal: às vezes, na primeira (como uma chamada), ou na página ou seção que publica a notícia a que se refere (BELTRÃO, 1980, p. 55).

Sobre a topicalidade, Freitas (2002) explicita que os editoriais têm as características de serem:

a) *Preventivos*, quando se antecipam à realidade dos fatos, apontando situações possíveis, fixando circunstâncias e focalizando os aspectos reveladores de que

determinados eventos ou fatos irão produzir na sociedade.

b) *De ação*, quando acompanham imediatamente a ocorrência, analisando suas causas e seu desenvolvimento, com o objetivo básico de esclarecer o público em pleno impacto da realidade dos fatos; e

c) Consequência, quando resultam do exame das repercussões dos efeitos do fato, da dedução da realidade. Beltrão (1980, p. 56)

Quanto ao conteúdo, o editorial pode ser:

a) *Informativo*, é o editorial que se destina a esclarecer o leitor sobre determinados fatos, ideias ou situações, acrescentando pormenores e explorando os aspectos que passam despercebidos ou não estão explícitos na notícia;

b) *Normativo*, é o editorial que visa convencer o leitor a agir em determinado sentido, inspirando-o, encorajando-o, exortando-o por meio de sentenças e argumentos lógicos e incitadores;

c) *Ilustrativo*, é aquele editorial que objetiva aumentar o horizonte de instrução do leitor, entretê-lo, despertar seu interesse para a observação de questões e detalhes menos comuns da vida e do cotidiano dos leitores.

Quanto ao estilo:

a) O estilo se diz *intelectual*, quando o editorial é redigido objetivando o intelecto do leitor, levando-o a raciocinar por meio de premissas, silogismos e conclusões. Neste tipo de editorial, o apelo é dirigido à razão do leitor, ao homem como ser lógico, racional e consequente.

b) O estilo é *emocional*, quando o editorial é redigido com o propósito de atingir a sensibilidade do leitor, despertando-lhe sentimentos e instintos os mais profundos e arraigados. Neste caso, o apelo é dirigido ao coração, atingindo a subjetividade do leitor e as suas ignotas razões (BELTRÃO, 1980, p. 57-8).

Quanto à natureza, o editorial pode ser de várias maneiras:

a) É *promocional* quando o editorial acompanha regularmente os eventos e as ideias mais marcantes da atualidade, tomando posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial assumida pelo veículo, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação.

b) É *circunstancial* aquele editorial que apenas eventualmente surge para fixar e apreciar determinado tema ou assunto, situação ou movimento de opinião social.

Esse tipo de editorial também é denominado de ação, pois “o que procura é obter um certo resultado político ao explicar certas ideias”. Aron (*apud* BELTRÃO, 1980, p. 58). Salientamos que a maior parte da imprensa contemporânea utiliza essa categoria de editorial, para transmitir a opinião do editor.

c) É *polêmico* quando é elaborado de maneira doutrinária. Raro é o jornal que não mantém, no decurso de sua existência, uma polêmica. Por isso, ele justifica que a natureza desse editorial “exige do redator, uma antecipação dos argumentos do contendor para, de logo, inutilizar-lhe a ofensiva a uma estratégia dos seus pontos fracos para enredá-lo ao silêncio ou à confissão, ao menos tácita, da derrota” (BELTRÃO, 1980, p. 58).

Nessa perspectiva, constatamos que o editorial, dentre todos os gêneros jornalísticos, é o tipo de texto que apresenta a estrutura mais rígida e ao mesmo tempo mais simples, sendo composto de: Título, Introdução, Discussão e Conclusão (BELTRÃO, 1980, p. 58).

O jornal é um recurso pedagógico que faz parte de nossa realidade, da nossa época e da nossa história e que por isso é capaz de dar significado ao espaço escolar. Utilizar o jornal como recurso pedagógico é significar o espaço escolar, unindo a leitura do mundo e a leitura da palavra numa mesma sinfonia.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Percebemos que os educadores não podem manter um padrão em seu processo metodológico de ensino. Devem buscar estratégias didáticas que possibilitem o envolvimento dos educandos no processo de aprendizagem de modo que estes sintam que a escola apresenta um função social, que é principalmente inserir todo cidadão no mundo letrado.

Acreditamos que a utilização do jornal em sala de aula possibilita a participação dos sujeitos no revelar de seus pensamentos e concepções de mundo, uma vez que sendo o jornal um produto midiático, torna possível a argumentação de educandos e educadores à proporção que ambos os sujeitos utilizam o jornal para confrontar ideias, posicionarem-se sobre elas, construindo assim, suas próprias opiniões.

Logo, concordamos que os meios de comunicação não podem ser desconsiderados pela escola, sobretudo, porque se não estão presentes na forma de

recursos auxiliares dou fontes adicionais de pesquisa, como lembro Porto (*apud* GAIA, 2000, p. 66), estão efetivamente “ na cultura dos alunos que a eles ocorrem”.

Trabalhar com os gêneros textuais do jornal impresso são necessárias as compreensões de língua, de texto e de ideologia, de modo que os educando entendam este último e se posicionem com as ideias do outro, a favor ou contra, mas com argumentos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1992.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre:[s.e], 1980.
- FARIA, Maria Alice de O . **O jornal na sala de aula**. 9ª ed., São Paulo: Contexto, 1997 (Repensando a Língua Portuguesa)
- FREITAS, Antônio Francisco R. **A retórica jornalística: o processo de indução na imprensa por meio dos argumentos de autoridade**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2002. (Dissertação). Doutorado em Letras e Lingüística.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- GAIA, Rossana Viana. O uso do jornal na prática educativa. In: **A prática pedagógica em questão**. (Org.) Sheila Diab Maluf. Maceió: Edições Catavento, 2000. p. 95-102.
- MACHADO, Nilson José. Por que jornal na escola? In **Folha educação**. São Paulo: [s.e], 1980, p. 12-4.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: UFPE, 2000. Mimeo.
- MOURA, Tânia. **A prática dos alfabetizados de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 1999.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular — 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 1999.
- SOARES, Ismar de Oliveira (Org.). **Para uma leitura crítica dos jornais**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- VIANA, Fernando Valeriano; SILVA, Ynaray Joana da (Colaboradora). O jornal e a prática pedagógica. Vol. 3. In: **Aprender e ensinar com textos**. (Coord.) Lígia Chiappini. São Paulo: Cortez, 1997. P. 79-98.